



SESSÃO COORDENADA “HISTÓRIA E MEMÓRIA”

COORDENADORES:

EDINAURA ALMEIDA DE ARAÚJO, HELMARA GICCELLI
FORMIGA & EDMUNDO MONTE BEZERRA

UMA BUSCA PELA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

ANDRESSON ARAÚJO GOMES
UEPB
2guerramundialhistoria@gmail.com

RESUMO

Em Campina Grande a transformação do espaço urbano tem se constituído um dos principais motivos para a degradação do patrimônio histórico e cultural. Nos anos de 1930, quando se inicia a política de modernização com o prefeito Vergniand Wanderlei, muito do patrimônio cultural foi destruído e reformado. Diante das transformações geradas pela modernidade em Campina Grande, a necessidade de preservação do patrimônio histórico e cultural de Campina Grande é urgente. Com isso, busco contribuir para a valorização e construção da história via memória de Campina Grande, destacando o processo de modernização de Campina Grande e a conseqüente destruição de seu patrimônio histórico e cultural.

Palavras-chaves: Amnésia Social, Memória, Patrimônio, Monumento.

INTRODUÇÃO

[...] O Casario de Campina Grande, com exceção de alguns edifícios residenciais tipo *bungalow*, é acanhado e sem o menor gosto arquitetônico. É uma das minhas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade (*A União*, p. 1, 24 de set. 1935)

Esta é uma fala do prefeito Vergniaud Wanderley, após ser eleito em 1935 na cidade de Campina Grande ao jornal da União, no qual explica ao articulista do diário seus planos e anseios no que diz respeito ao seu programa de administração para a cidade.

Tais perspectivas de administração urbana estavam concentradas em um contexto da metade do séc. XIX e início do séc. XX, no qual as cidades metrópoles brasileiras passaram por um processo de modernização e higienização que marcaram a história país, e principalmente dos habitantes que viveram e presenciaram tal espetáculo. Era o adentramento do Modernismo.

Influenciados e inspirados pelas reformas urbanas e sanitárias europeias, e pelas exigências do capitalismo em expansão; prefeitos, gestores e governantes brasileiros mobilizaram suas atenções e pautas em projetos urbanos modernos que se enquadrassem neste novo modelo exigido.

Isso fez com que as cidades sofressem modificações profundas afetadas pela necessidade de modernização. Mais do que perder seus bens culturais, a modernidade significava também a perda do seu lugar, do seu espaço e de seus costumes isto é, tudo aquilo que simbolizava o antigo, o retrogrado, estava sendo dizimado das cidades a fim de esquecer o passado de atraso das mesmas. Praças, paço municipais, monumentos e com eles costumes, referenciais de memória, espaços culturais sociais foram destruídos em favor do progresso.

Em Campina Grande não foi diferente. Nos anos 1930, o prefeito Vergniaud Wanderley, citado no começo do texto, inicia na cidade de Campina o grande projeto de urbanização. Os motivos alegados para tais modificações giravam em torno dos discursos e das novas questões levantadas na sociedade por higienistas e sanitaristas.

A fim de promover uma melhor estética e plasticidade das ruas, prédios e logradouros, o prefeito afirmava ser umas das suas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituiriam os casebres sem a estética desejável e idealizada para uma cidade em processo de mudança.

Tais mudanças além de mudarem a fisionomia de Campina Grande, sem sombra de dúvidas afetou de maneira considerável o patrimônio histórico e cultural da mesma.

Nesse sentido, se percebe que durante o processo de modernização da cidade não houve o interesse de preservação do patrimônio local tanto no seu caráter material quanto no imaterial, pois à medida que se dispunham a modernizar-se, os moradores da

localidade abriam mão de um passado, de costumes que eram seus, mas que deveriam ser relegados ao esquecimento em prol do progresso da cidade.

Com isso, o trabalho objetiva contribuir para a valorização e construção da história via memória de Campina Grande, destacando a destruição do patrimônio cultural de Campina Grande no processo de modernização do governo de Vergniaud Wanderley (1935 – 1938; 1940 - 1945). Identificando aquilo que foi extinguido no processo de modernização, pautado no discurso urbanístico e higienista. Percorrendo um caminho no qual o destaque não se focaliza nas grandes construções ou reformas realizadas, mas na destruição causada em prol da concretização de um projeto, de uma visão, ou seja, da modernização.

A TRAJETÓRIA DAS REFORMAS ANTES DE VERGNIAUD WANDERLEY

A cidade de Campina Grande (PB) foi “vítima” desse movimento. A partir de 1920, os políticos de Campina Grande passaram a ter um objetivo em comum: modernizar a cidade. A meta era deixar para trás o aspecto ainda provinciano e adotar uma estética parecida com o estilo de uma metrópole.

No entanto, para se efetivar a modernização, era necessário abrir mão do passado concebido como retrógrado, sacrificar alguns aspectos característicos do período colonial, vivido em outrora, que se fazia presente nas cidades. A modernização refletia uma ideia de “ruptura” como mostra Maria Raquel Silva³²⁹,

[...] a modernidade era vista como um momento de ruptura com o que se considerava velho, arcaico e atrasado, dando lugar ao novo, avançado e evoluído. Nesse sentido, pensamos a modernidade como um momento de rupturas rápidas e de constante movimento, substituindo, interagindo e renovando com o que era visto como antigo [...] (SILVA, 2011, p. 20)

Percebe-se que as primeiras mudanças na cidade começaram no governo de Lafayette Cavalcanti, que esteve à frente da prefeitura entre 1929 e 1932. L. Cavalcanti foi responsável por iniciar a construção do calçamento da cidade. Também é atribuída a L. Cavalcanti a implantação da estrada que liga Campina Grande à capital João Pessoa. L. Cavalcanti foi sucedido por Antônio Pereira

³²⁹ SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945)** / - João Pessoa, 2011. (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba

Diniz (popularmente conhecido como “Antônio Peba”), que renunciou ao cargo após pouco mais de um ano e meio de gestão.

A. P. Diniz, que governou entre 1934 a 1935. Foi o primeiro a propor oficialmente o chamado “bota abaixo”, expressão pela qual ficou conhecido o projeto de demolição de prédios antigos para a abertura de novas avenidas ou para serem substituídos por construções consideradas modernas.

A. P. Diniz baixou um decreto, em 1934, regulamentando as construções na área central da cidade, estimulando que as casas térreas deveriam ser substituídas por prédios. O decreto dizia que a medida valia para as ruas João Pessoa, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Epitácio Pessoa. A partir de então só seriam permitidas construções e reconstruções com mais de um pavimento. O prefeito priorizou as áreas que considerava mais visitadas da cidade.

A. P. Diniz também foi o responsável, em 1934, pela demolição da antiga cadeia, na época instalada onde hoje fica a Praça Clementino Procópio. A prisão foi substituída com a construção de uma nova penitenciária mais afastada do Centro, no Monte Santo. Ele iniciou ainda a implantação do sistema de saneamento e abastecimento de água da cidade.

Mas as mudanças mais drásticas e relevantes foram no governo do prefeito que administrou a cidade por dois mandatos, conhecido como “Vergniaud Wanderley”.

VERGNIAUD WANDERLEY E O PREÇO DA MODERNIZAÇÃO

Filho de tradicionais famílias de proprietários de terras do sertão paraibano e campinense, Vergniaud Wanderley fez seus primeiros estudos em Campina Grande (o curso secundário no Lyceu Paraibano, na capital) e formou-se bacharel na Faculdade de Direito do Recife, no qual concluiu o curso em 1929.

Para não romper com a família, com quem tinha divergências políticas, foi para o Rio de Janeiro. Ingressou – com o auxílio de amigos - no Ministério Público como promotor nas cidades de Blumenau, Brusque e Itajaí. Foi juiz de direito em Harmonia e Biguaçu, cidades de Santa Catarina, entre 1930-1935.

Por meio de convite do recém-eleito governador e amigo Argemiro de Figueredo fez parte do governo. Primeiro como chefe de polícia, como mostra

a matéria no jornal *A Batalha*, “[...] E avulta, entre os secretários do governo do dr. Argemiro de Figueiredo, a figura nobilíssima desse moço digno, que é o dr. Vergniaud Wanderley, em bôa hora chamado para ocupar o importante cargo de chefe da segurança pública” (*A Batalha*, p.8, 13 fev. 1935); e depois como secretário da Agricultura.

Meses após de assumir esses cargos foi indicado candidato a prefeito de Campina Grande, nas eleições de 9 de setembro de 1935. Segundo V. Wanderley, candidato de consenso para apaziguar os ânimos e disputas internas do Partido Progressista. Contemplou dois mandatos na cidade o primeiro o primeiro de 1935-1938 e o segundo de 1940-1945.

No curto tempo do seu primeiro mandato deixou como marcas a instalação de telefones automáticos, a reforma da Praça Coronel Antônio Pessoa, o calçamento de inúmeras ruas e avenidas. Também foi nessa primeira gestão que iniciou a construção de um de seus projetos prediletos, a construção do Grande Hotel. O objetivo era construir um edifício moderno em um dos pontos centrais da cidade, uma construção que marcaria profundamente a todos, e com arquitetura art. déco.

V. Wanderley também empreendeu o “bota-abaixo”. Demoliu o antigo edifício Paço Municipal, sede administrativa desde a época do Império, prédio com seis janelas, vizinho a igreja Matriz, em 12 outubro de 1942. O local é ocupado atualmente pelo estacionamento da igreja Catedral.

Derrubou a Igreja do Rosário (a diocese foi indenizada e a igreja reconstruída no bairro da Prata), que ficava entre a Praça da Bandeira e o Cine Capitólio, para abrir a avenida Floriano Peixoto. O projeto era construir uma artéria atravessando o município.

Também foram demolidas várias casas de antigos moradores da Rua Venâncio Neiva nas proximidades da igreja e em outros pontos onde a avenida deveria passar, incluindo casarões de ricos comerciantes e proprietários de terras, cuja característica chamativa se devia aos belos jardins que compunham as casas. Houve resistência de alguns moradores.

O modelo que V. Wanderley pretendia adotar era parecido com o que aconteceu no Rio de Janeiro, no qual cortiços foram derrubados para o embelezamento da cidade.

V. Wanderley iniciou o ordenamento do Açude Velho e tentou afastar bares de prostíbulos das áreas centrais da cidade. Destaque para a demolição do bar “fla-flu”, local utilizado pelos jovens para encontros amorosos e sociais. Praticamente destruiu a chamada “Rua Grande”, derrubando casarões e pontos comerciais, para dar lugar ao que conhecemos atualmente como a Rua Maciel Pinheiro. Com a meta de tirar a aparência de ‘vila’ que o município ainda tinha, foi o prefeito responsável por dar a feição ao que conhecemos sobre os principais pontos do Centro.

A efetivação do projeto de alinhamento da Rua Maciel Pinheiro, conhecida também como Rua Grande, levou a marginalização de dois símbolos da política da República Velha: O sobrado de ex-prefeito Cristiano Lauritzene o Pavilhão Epitácio Pessoa (local utilizado para reuniões festivas das elites).

E não podemos esquecer de uma ação crucial de V. Wandelely, no qual afetou o cotidiano e ritmo das pessoas de C. Grande drasticamente. A transferência da feira (cuja prática percorria pelas ruas Meciel Pinheiro, Monsenhor Sales, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira, e as praças Epitácio Pessoa e Lauritzen) para o Mercado Público em 1941.

Uma ação incentivada pelo discurso higienista e de intelectuais, nos quais interpretavam a feira campinense como um local que transmitia promiscuidade e desordem, como mostra Fábio Gutemberg

Na ótica de um higienizado letrado de tradicional família, o funcionamento da feira em suas artérias centrais dava ares de promiscuidade à mesma, o que afrontava sua imagem de cidade progressista. Portanto, desloca-la para um ponto afastado se fazia preciso. (SOUZA, 2001, p. 277)

AMPLIANDO A DISCURSÃO

Como o objetivo de trabalho pauta em uma abordagem patrimonial, se faz necessário discutirmos alguns conceitos que iram ampliar os horizontes do artigo com relação à proposta.

Como aporte teórico para o trabalho, utilizamos como base os conceitos de monumento, memória, patrimônio e amnésia social.

Na abordagem conceitual de monumento, Françoise Choay explica que monumento, no sentido original do termo, vem do latim *monumentum* (que deriva de

monere que significa: advertir, lembrar), que significa trazer à lembrança alguma coisa; tocar, pela emoção, uma memória viva; “monumento é tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2001, p.18).

A especificidade do monumento deve-se ao seu modo de atuação sobre a memória, mas não todo tipo de memória; uma memória que contribua para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal, ou familiar.

Com Choay discutimos também a questão de patrimônio, ela diz que patrimônio é,

Uma expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de bens de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (CHOAY, 2001, p. 11).

Quando olhamos para a efetivação do projeto de modernização em Campina Grande, observamos o descaso com o patrimônio. Como por exemplo, a demolição do antigo Paço municipal, já citado acima, que se constitua como sede administrativa, tanto do Legislativo como do Judiciário, desde a época do Império no Brasil. Imagina o quanto da história de Campina grande, e também do Brasil, se perdeu com a destruição deste prédio.

Um das principais argumentações do ex-prefeito Vergniaud Wanderley, pautava na destituição de Campina Grande do aspecto provinciano da época colonial que persistia no cotidiano campinense. Com isso, a ideia de Amnésia social se encaixa perfeitamente neste contexto, levando em conta a argumentação de Le Goff, no qual mostra que

“a amnésia não é só um distúrbio da memória do indivíduo, com o envolvimento de perturbações da presença da personalidade, mas possui também o significado de ser a falta ou perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva de povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva” (apud PINHEIRO, 2004, p. 93)

A cidade estava se modernizando, os espaços estavam sendo modificados, logo, as pessoas deviam seguir o mesmo ritmo, ou seja, se atualizarem da mesma

forma. Não era apenas uma mudança no espaço físico de Campina Grande, se constituía também, como uma mudança de cultura, no qual as práticas e vivências concebidas como “coloniais e retrógradas”, tinham que ser esquecidas e substituídas. Ou seja, contra aquilo que estava fora dos padrões impostos como modernos, se constituía como descartável, não havia necessidade de lembrar ou recordar.

E para o conceito memória destacamos a reflexão do sociólogo francês Halbwachs, no qual elaborou o conceito de “memória coletiva”. Conceito este que se torna essencial na temática.

Para Halbwachs a ideia fundante consiste plenamente na afirmação de que a memória individual, as lembranças do sujeito, estão pautadas na memória coletiva do grupo, ou seja, nos outros. Todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e participou e gera influência. Seja na família, na escola, em um grupo de amigos ou no ambiente de trabalho

A origem de reflexões, paixões, conceitos e sentimentos que concebemos a nós, são na verdade inspiradas pelo grupo, pelo coletivo. Halbwachs relaciona a memória individual a participação de um grupo social, no qual, quando temos o ato de lembrar nos deportamos de um grupo ao outro em pensamento.

Halbwachs afirma que as lembranças são restituídas a partir de “pontos de contato”, em outras palavras, ele concebe a memória individual como insuficiente para fomentar a lembrança e considera que deva haver noções comuns, ou melhor, uma “semente de rememoração” através de pessoas participantes do mesmo convívio social no passado. “A reconstrução das lembranças [...] opera a partir de noções comuns e passam de um para o outro. Mas esse movimento só é possível se as pessoas fizeram ou ainda fazem parte de um mesmo grupo social” (BRAGA, 2000, p. 51).

Ou seja, Halbwachs considera que a memória é um construto a partir do outro, no qual o sujeito ao lembrar do passado tentado focalizar a uma recordação que lhe traga sentido, o faz através de determinadas testemunhas que fizeram parte do seu meio social no tempo passado. Podemos dizer que

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós,

porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2006, p.30)

E Halbwachs vai mais além com relação ao assunto. As memórias individuais também são constituídas a partir de “quadros” fornecidos – ou impostos – pelo meio social. Esses são os chamados “quadros sociais da memória”, que funcionam como pontos de referência para a construção subjetiva de lembranças. Eles determinam o que deve ser lembrado, esquecido, silenciado ou comemorado pelos indivíduos. A contextualização realizada pelos quadros sociais inclui, ainda, a padronização social do tempo e do espaço, dimensões fundamentais da experiência humana.

A questão da memória coletiva, trazendo para o que estamos abordando, se figura nas demolições de casarões e ruas da cidade de Campina Grande. Destaque para os casarões da rua Venâncio Neiva.

Se percebe que o cotidiano das pessoas foi totalmente modificado com as reformas, V. Wanderley não se importou com os aspectos de sociabilidade que tais espaços proporcionavam para as pessoas, “Não importava a sociabilidade daqueles antigos moradores, as relações de vizinhança não contavam; não interessava ao “operoso prefeito” quaisquer sofrimentos que por desventura tenham passado aqueles habitantes” (FILHO, 2007, p. 35).

As indenizações feitas pela prefeitura aos moradores destes casarões, para que pudessem enquadrar a estética da moradia nos padrões urbanísticos exigidos, não cobria as despesas necessárias, fazendo com os moradores deixassem o local, que a partir de então seriam demolidas, e se mudassem para áreas mais afastadas do centro da cidade.

Com isso, todas as práticas e convivências, ou seja, toda uma memória, construída no coletivo entre os moradores dessas áreas, foi apagada e esquecida.

CONCLUSÃO

Em meio a um processo de mudança, com um crescimento urbano acelerado e uma exacerbada busca pelo desenvolvimento econômico; construções que simbolizavam um passado retrógrado e colonial, e que não se enquadrassem na estética e no ideal do projeto modernista do prefeito Vergniaud Wanderley, eram destruídos, demolidos para dar lugar a prédios modernos.

E entre ruas abertas e construções demolidas, muito do patrimônio histórico e cultural de Campina Grande foram destruídos. Muito de sua história materializada nos seus bens culturais foram demolidos, e com o tempo esquecidos.

Por isso, percebe-se o quanto é importante desenvolver um trabalho de conscientização a favor da preservação do patrimônio histórico e cultural de Campina Grande. Em meio a tantas modificações e transformações (consequente do projeto de modernização), é necessário um novo olhar para história e memória de Campina Grande.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. 2Ed. 2006.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A constituição da memória: uma perspectiva histórica cultural**. Coleção Educação. Ed. UNIÚÍ, 2000. 216p.

FILHO, Severino Cabral. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. 2007. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) UFPB – João Pessoa.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo. **Museus, Memória e Esquecimento: um projeto de modernidade**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004. Coleção Engenharia & Arte – vol.7

Jornal **A União**, p. 1, 24 de set. 1935.

Jornal **A Batalha**, p.8, 13 fev. 1935

SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945)**. 2011. p. 101. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba.

SOUZA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)**. 2001. Tese de Doutorado (Departamento de História do Instituto Filosofia e Ciências Humanas), Unicamp – São Paul.